

UM ENSAIO PELOS LABIRINTOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

Mateus Marchesan Pires²

RESUMO: A Geografia é uma ciência que possibilita a compreensão da relação natureza-sociedade e seus desdobramentos. A Educação Ambiental demonstra possibilidades para entendimento de como este processo se apresenta na sociedade moderna. Nas últimas décadas, importantes avanços foram obtidos em relação à Educação Ambiental em nosso país. Buscamos nesse artigo, compreender quais os conceitos de Educação Ambiental permeiam as práticas pedagógicas, analisando o que sabem e compreendem por Educação Ambiental, os educadores e coordenadores pedagógicos. Para esta pesquisa realizamos uma análise de discurso baseado nos escritos de Bakhtin, onde as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. Pautamos nossa discussão na perspectiva de uma Educação Ambiental Crítica – fundamentado em autores como: Loureiro, Layrargues, Carvalho, Guimarães, entre outros – construída com base em processos individuais e coletivos, incorporando as dimensões sociais, econômicas, política, cultural e histórica, repensando o sentido da vida e da existência humana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental Crítica – Análise de Discurso

AN ESSAY BY MAZES CONCEPTUAL ENVIRONMENTAL EDUCATION

SUMMARY: Geography is a science that enables the understanding of the nature-society and its consequences. Environmental education shows possibilities to understanding how this process is presented in a modern society. By the last decades, important advances were made about Environmental Education in our country. We intend in this article, to understand which concepts from Environmental Education permeate the teaching practices, analyzing what they know and understand about Environmental Education, educators and coordinators. For this research we realized an analysis of discourse based on the writing of Bakhtin, where the words are woven from a multitude of ideological threads and serve to all social relations in all fields. We base our discussion on the prospect of a critical environment education based in writers such as: Loureiro, Layrargues, Carvalho, Guimarães, among others – built on individual and collective processes, incorporating the social, economic, political, cultural and historical dimension, rethinking the meaning of life and human existence.

KEYWORDS: Environmental Education Review – Analysis of Speech

INTRODUÇÃO

Em todas as sociedades, a relação com a natureza parte de construções culturais. Cada cultura desenvolve técnicas e meios específicos para se apropriar dos recursos naturais. Segundo SANTOS (2001) a principal forma de relação entre o homem – natureza, ou melhor,

¹ Essa contribuição é original e inédita, foi elaborada durante o curso de Mestrado em Geografia, na disciplina: Representações Espaciais e a Educação Ambiental, sob orientação da Prof^a. Mafalda Nesi Francischett, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista/evento.

² Licenciado em Geografia, Discente Regular do Programa de Pós – graduação em Geografia, nível de Mestrado – UNIOESTE – Francisco Beltrão – PR. E-mail: mateus_mpires@hotmail.com.

entre o homem – meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

Nos primórdios históricos cada grupo humano retirava da natureza os elementos para sua sobrevivência, ou seja, começavam a organizar a sua vida social, se relacionando com o espaço em que estavam inseridos, desenvolvendo suas técnicas. Para SOUZA E SUERTEGARAY (2007) tradicionalmente a natureza é entendida como algo externo ao Homem, já que se torna cada vez mais difícil estabelecer o que é puramente natural do que é social, sendo a relação desses elementos a regra cada vez mais comum.

Ressalta NUNES *et al* (2006) que, a dificuldade de construção de um arcabouço teórico-metodológico unificador das áreas ambiental e humana tem suas raízes na predominância da escola de pensamento positivista, associada à ausência de uma discussão filosófica mais aprofundada sobre os métodos de interpretação da realidade.

Atualmente muitos estudos e pesquisas realizadas na Geografia, que abordam a dinâmica da natureza e da sociedade, são propostos a partir da relação histórico-dialética, que procura retomar a unicidade da ciência, enquanto ciência social, com estudos relacionados à natureza e ao homem. A compreensão das relações que se dão no espaço, vistas na perspectiva dialética, tanto questões globais como locais, são fundamentais principalmente na análise de tais questionamentos, refletindo e propondo modificações. Com o propósito de que a Educação Ambiental aponte possibilidades para entendimento de como este processo se apresenta na sociedade moderna, especialmente nas questões homem – natureza, é que delineamos esse ensaio³ comunicativo sobre alguns aspectos da dinâmica na relação social.

Toda a dinâmica da natureza vem sofrendo constantes alterações, um processo desencadeado sobretudo, pelas modificações ocasionadas pelo acirrado modo de produção. De acordo com GONÇALVES (2006) a partir da década de 1960, as inquietações com as questões ambientais, começam a evidenciar-se, nesse período iniciam em escala mundial, as discussões sobre os problemas ambientais, as razões dessas preocupações, estão diretamente ligadas no comprometimento de uma série de recursos naturais, na possibilidade de um confronto nuclear que poderia exterminar grande parte da vida do planeta, junto surge a necessidade de buscar uma melhor qualidade de vida, obrigando a sociedade a repensar o seu modo de ser, de produzir e de viver.

É a partir da emergência de preocupações com os assuntos ambientais, que a Educação Ambiental ganha destaque, sendo vista como um dos possíveis caminhos para mudanças. A temática Educação Ambiental vem sendo discutida mundialmente desde a década de 70, no Brasil foi inserida a partir dos anos 80 no ambiente escolar.

A Educação Ambiental e as demais questões de ordem ambiental se instalam no país principalmente em função de pressões internacionais. Nas escolas era indicada a sua inclusão, como é destacada na CARTA DE BELGRADO (1975) a reforma dos processos e sistemas educacionais é decisiva para a elaboração da nova ética de desenvolvimento e de ordem econômica mundial, os governos podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Essa educação que refere-se esse documento é a Educação Ambiental, incluída e chamada nas instituições de ensino como Educação Ambiental no âmbito Formal.

No Brasil – dentro do contexto das pressões internacionais e também as discussões realizadas em encontros e conferências – destaca LOUREIRO (2006) que a inserção da Educação Ambiental se deu nos setores governamentais e científicos, vinculados à conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino da ecologia e para a resolução de problemas. A falta de percepção com o processo educativo – reflexo de um movimento histórico – produziu uma prática descontextualizada, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação.

³ Apresentamos neste artigo, as considerações sobre investigação realizada durante disciplina do mestrado, maiores esclarecimentos verificar materiais e métodos a seguir.

Ao totalizar aproximadamente trinta anos, importantes avanços foram obtidos em relação à Educação Ambiental em nosso país, como por exemplo, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental em 1994, sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais no ano de 1996 e a criação da Lei Federal nº 9.795, que fundamenta a Política Nacional de Educação Ambiental no ano de 1999.

Contudo sabemos que todas essas conquistas, como dito anteriormente, não foram acompanhadas por resultados satisfatórios, no que tange a formação social crítica, e que ainda demonstram-se sensíveis e frágeis. A Educação Ambiental, que muitas vezes encontra-se fragilizada nas escolas ou apenas pautada em perspectivas comportamentalistas e tecnicistas, ainda é vista em muitos casos com o sentido que não “serve pra nada”, “é moda” ou então que não apresenta mudanças significativas.

Buscamos nesse artigo, apresentar quais os conceitos de Educação Ambiental permeiam as práticas pedagógicas, analisando o que sabem e compreendem por Educação Ambiental, os educadores e coordenadores pedagógicos. Os estudos e pesquisas sobre a Educação Ambiental nas instituições de ensino da rede pública, especificamente na região sudoeste do Paraná, ainda são incipientes. Daí o propósito desse artigo, o de delinear caminhos para compreensão da Educação Ambiental Formal a partir do ambiente escolar onde ela acontece ou deveria acontecer.

MATERIAL E MÉTODOS

A investigação seguiu um encaminhamento metodológico qualitativo, apoiada no método dialético, para SPÓSITO (2001) essa tendência caracteriza-se pela tentativa de desvendar conflitos de interesses, pela fundamentação teórica, por meio da eleição das categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada, pelo questionamento da visão estática da realidade, por se utilizar apontamentos para o caráter transformador dos fenômenos, relacionado à preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica, procurando sempre o resgate da dimensão histórica, propondo-se as possibilidades de mudanças com base em uma postura marcadamente crítica.

De acordo TRIVIÑOS (1987), este método esclarece conceitos como o ser social por relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva ou independente da consciência.

[...] as pesquisas orientadas pelo método dialético, revelam a historicidade do fenômeno e suas relações em nível mais amplo situam o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados (BORGES, DALBERIO, 2007, p.07).

Realizamos essa investigação, durante a disciplina do mestrado – em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão – *Representações Espaciais e a Educação Ambiental*, através do campo realizado no mês de novembro de 2009, com intuito de aproximar-nos primeiramente das escolas, o que passaria a ser posteriormente o *locus* de estudo da dissertação durante o curso de mestrado.

Tivemos como objetivo compreender qual é o conceito de Educação Ambiental que os professores e coordenadores possuem. Qual é o significado da Educação Ambiental para os professores e coordenação? Qual perspectiva pedagógica evidencia-se nos enunciados dos sujeitos entrevistados?

Realizamos entrevistas, com professores (oito professores das disciplinas: Arte, Biologia, Ciências, Geografia, História, Letras, Matemática, Química) do último ano do Ensino Fundamental II (8ª série) e com a coordenação pedagógica (quatro pedagogas) de uma Escola Pública Estadual, no município de Francisco Beltrão, num total de 12 sujeitos.

A investigação ocorreu com base nos dados do estudo de caso e na análise do discurso dos sujeitos envolvidos que fazem parte da instituição escolar. Com a intenção de reunir e organizar dados comprobatórios com informações relevantes para iniciar as discussões acerca dos conceitos de Educação Ambiental, os sujeitos responderam um questionário, entrevista semi-estruturada, onde neste ensaio apresentamos uma das questões para discussão.

Segundo CHIZZOTTI (2001) no estudo de caso, esse é tomado como unidade significativa do todo e, por isso suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presente em uma dada situação.

A análise de discurso apóia-se nos escritos da teoria de BAKHTIN (2002), em que a palavra é o material semiótico da vida interior, ela é um material flexível, veiculável que desenvolve e compõe a consciência, é por assim dizer utilizável como signo interior. Todos os fenômenos e composições ideológicas são banhados pelo discurso interior. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais.

Considerando ainda que muitas questões, sobre Educação Ambiental, e a dinâmica natural, estão largamente em debate, nas discussões contemporâneas, buscamos, nesta pesquisa, aproximar-nos da complexa realidade entre os conceitos que envolvem a Educação Ambiental e os autores que discorrem sobre elas, cujos questionamentos, não são simples de esclarecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES – As concepções e conceitos de Educação Ambiental

Muitas Conferências e Encontros (regionais, mundiais) aconteceram a partir da década de 60, com a finalidade de formular princípios e orientações para Educação Ambiental. Observando temporalmente a evolução da mesma, podemos observar que teve grande destaque, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, onde estabeleceram a importância, em abordar a vinculação: ambiente e educação.

Já no ano de 1975, ocorre em Belgrado o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, LOUREIRO (2006) ressalta que o grande mérito deste, apesar de resvalar em um certo economicismo liberal, foi reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana.

Foi ao findar o seminário em Belgrado, que é elaborada A Carta de Belgrado, documento que irá firmar as questões conceituais relativas à Educação Ambiental, onde delineou-se as diretrizes básicas dos programas de Educação Ambiental, sendo que deve, ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro quanto fora da escola, contendo uma abordagem interdisciplinar, enfatizando a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.

Em 1977 a ONU, através da Unesco, organiza a primeira conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi – Geórgia (ex-URSS). O produto mais importante dessa Conferência para DIAS (1994) foi a Declaração sobre a Educação Ambiental, documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e elegia o treinamento de pessoal, o desenvolvimento de materiais educativos, pesquisa de novos métodos. A Conferência de Tbilisi foi um marco histórico de destaque na evolução da Educação Ambiental.

No decorrer de tais conferências acima citadas, e outras muitas que foram realizadas, o conceito de Educação Ambiental foi definido, firmado e inicia-se amplamente sua utilização por educadores ambientais. Entretanto, como ressalta LOUREIRO (2006), certos conceitos e categorias teórico–metodológicas passaram a ser tão comuns e recorrentes na fundamentação

dos projetos, programas e ações que se esvaziaram de sentido. O resultado foi uma perda de densidade na compreensão do que caracteriza a Educação Ambiental e de capacidade de refletir e se posicionar diante das tendências existentes e que legitimamente buscam afirmar seu processo de consolidação.

Falar em Educação Ambiental é transitar por uma enorme diversidade de concepções. São várias as ramificações, que tecem uma trama com vários conceitos, práticas e metodologias. Segundo CARVALHO (2004) o melhor enfrentamento da babel das múltiplas educações ambientais passa, pela abertura de um espaço que contemple o diálogo entre as diferentes abordagens. Para que este diálogo se dê é condição fundamental a explicitação dos pressupostos de cada uma das diferentes posições, como a educação se dá no diálogo e respeito ao “outro”, é que se buscou explicitar nesse artigo os diferentes pressupostos dialogando com os dados empíricos que se coletou durante a pesquisa.

No quadro a seguir apresentamos quatro visões de Educação Ambiental, e o modo como compreendem a crise ambiental, a visão político ideológica de Educação.

Quadro nº1 – Quatro concepções de Educação Ambiental, segundo RODRIGUEZ E SILVA (2009).

<p>Educação Ambiental Tecnicista</p>	<p>Apóia-se na visão tecnocrática da Educação. Prioriza as demandas profissionalizantes nas quais a Educação é visualizada como transmissão de conteúdos sistematizados. Compromete-se com a reprodução e conservação dos valores do sistema capitalista vigente. Em relação aos problemas ambientais, a tecnologia é considerada como um meio para solução da crise que afeta o meio ambiente.</p>
<p>Educação Ambiental Comportamental</p>	<p>Privilegia o instrumental comportamental (psicologia Behaviorista), que estabelece uma relação direta entre a informação e a mudança do comportamento das pessoas. Pressupõe que os indivíduos corretamente informados das consequências negativas dos seus atos e dominando os conceitos necessários nas inter-relações entre a sociedade e a natureza estão prontos para transformar os hábitos e as atitudes.</p>
<p>Educação Ambiental Ética</p>	<p>Considera-se que a chave da compreensão do problema ambiental está no mundo da cultura, quer dizer, na totalidade da vida da sociedade. Exige uma educação, que encaminhe para mudanças na sensibilidade dos seres humanos, na qual são valorizadas a razão intuitiva, o imaginário e o ouvido poético nas necessidades espirituais das pessoas.</p>

Educação Ambiental Ético-Social	Esta visão encaminha-se a formar indivíduos críticos, capazes de entender e também transformar o mundo e a sociedade . Vê-se as raízes da crise ambiental na estrutura social, que explica as condições de formação e evolução do meio ambiente. O Estado é visto como organizador da sociedade, juntamente com os movimentos sociais. No que tange ao conhecimento científico, que é conteúdo do ensino formal, deveria levar os educandos à compreensão das causas e dos efeitos dos problemas ambientais e à procura das soluções alternativas. O conhecimento não pode ser apresentado como algo finalizado e pronto, com forte caráter dogmático, mas como um processo permanente de crescimento, revisão e aprofundamento.
--	---

Elaboração: PIRES, Mateus M., 2009.

Há uma multiplicidade de concepções de Educação Ambiental principalmente quando essa se refere a práticas pedagógicas. A visão tecnicista atende as questões em que a educação é apenas “transmissão” de conhecimentos e não um processo de construção do mesmo; a visão comportamental reduz o processo de crise a “treino”, o de separação do lixo, por exemplo, privilegiando a mudança de comportamentos; a visão ética, apresenta-se com grau de importância relevante, pois trata das questões culturais da sociedade e seus valores, contudo não é apenas a mudança cultural que irá resolver a problemática ambiental; A concepção de Educação Ambiental que acreditamos que possa realmente contribuir na formação dos sujeitos e a forma como pensam, é a perspectiva ético-social, também chamada por outros autores como Educação Ambiental Crítica/Emancipatória, por verificar justamente os problemas na base da sociedade e do seu modo de produção, questionando-o e propondo um esclarecimento, uma intervenção e sobre tudo a mudança.

Ao realizar a pesquisa com os professores e coordenação pedagógica, perguntamos aos sujeitos “O que você entende por Educação Ambiental?”. As respostas dos mesmos encontram-se organizadas no quadro a seguir:

Quadro nº 2 – O conceito de Educação Ambiental para professores e coordenação pedagógica

O que você entende por Educação Ambiental?	
Professores	Coordenação pedagógica
PA – É interagir com o meio ambiente de maneira saudável sabendo respeitá-lo;	CA – É tudo aquilo que leva a humanidade, ou melhor, comunidade a ser consciente e participar de ações que visem a conservação da biodiversidade;
PB – É uma parte da Educação que visa o perfeito equilíbrio entre os seres vivos e o meio ambiente que os envolve;	CB – É a conscientização, estudos e posturas positivas que devemos tomar a respeito do meio ambiente onde estamos inseridos;
PC – Conhecer, aprender e respeitar o trânsito;	CC – Procura incutir no educando uma consciência crítica – conscientização da interdependência ser humano – natureza;
PD – Adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente e sua importância para a vida e para todos;	

<p>PE – Busca equilíbrio e consciência entre o meio ambiente e os seres que nele habitam;</p> <p>PF – Educação Ambiental é orientar e educar tanto o aluno, como outros cidadãos da sociedade, e conscientizar as pessoas em relação ao meio ambiente e como podemos viver sem agredir bruscamente o meio ambiente;</p> <p>PG – Adquirir conhecimento relacionado ao meio ambiente possibilitando uma conscientização de preservar e cuidar dos recursos naturais;</p> <p>PH – Efetuar um estudo reflexivo sobre a questão;</p>	<p>CD – Estudos do meio ambiente e os seres vivos que nele habitam;</p>
---	---

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2009.
Elaboração: Pires. Mateus, M.

Acredita-se que é a partir daquilo que os professores e a coordenação compreendem que se desenvolverá na escola as práticas de Educação Ambiental, uma vez que são esses sujeitos que fazem a educação. Segundo FIORIN (2008) os enunciados são irrepitíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios, o enunciado é sempre a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos, todos os enunciados têm autor por isso revelam uma posição, um sentido.

Para ORLANDI (2007) não podemos não estar sujeitos à linguagem, aos seus equívocos, sua opacidade, precisamos saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos, ou seja, a entrada no simbólico é irremediável e permanente, pois estamos sempre comprometidos com os sentidos e o político, por isso a análise do discurso nos coloca em estado de reflexão, permite sermos capazes de ter uma relação menos ingênua com a linguagem, podendo conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se.

No discurso do professor A, verificasse o sentido de “interação” e “respeito” dando significado ao “ambiente”, algumas questões são suscitadas nesse discurso, primeiro pode ocorrer um equívoco por parte do docente ao estar referindo-se ao meio ambiente como sinônimo de natureza, o que não é, são conceitos e concepções diferenciadas; segundo podemos observar esse discurso com o sentido comportamental e ético, como destacamos anteriormente o modelo comportamental privilegia a mudança no comportamento das pessoas, o que não dialoga com o meio social que fazem parte, questionando porque tais atitudes são tomadas, ou seja se aprender a “respeitar” sem saber porque respeitar.

Para o professor B, a Educação Ambiental, é parte da educação, ou seja é ela própria, tem claro também a ideia, quando refere-se ao perfeito equilíbrio entre os seres vivos e o meio ambiente que os envolve, deixando nítido a intenção de equilíbrio no ambiente, pode ser uma visão sistêmica da realidade, pautada especialmente nas questões biológicas, mas não podemos concluir se está desvinculada do social, ou qual o conceito o professor possui de ambiente.

A resposta do professor C, ao dizer que Educação Ambiental é para aprender a respeitar o trânsito, mostra como é complexa esta questão, dá a entender ou não entende o conceito ou não entendeu o enunciado.

O professor D contempla as questões ambientais de uma maneira geral quando destaca a importância desse conhecimento “para vida e para todos” é o que fala também o professor E, quando ressalta que é “uma busca de equilíbrio entre todos os seres”, colocando-nos assim como parte integrante da natureza, tendo uma visão de harmonia nas questões ambientais, posicionando-nos também no centro do debate.

O professor F da mesma forma que a coordenadora B, destacam a questão de orientação e conscientização é “conscientizar as pessoas em relação ao meio ambiente”, contudo a educação oferece a construção de uma consciência. Da mesma forma que a coordenadora C apresenta um discurso marcado com uma intenção mecânica, ou comportamentalista ao dizer que “procura inculcar uma consciência crítica” no educando. Entretanto se a perspectiva de educação a que ela se refere é pautada nas concepções críticas, esta auxilia no processo de construção da consciência, não vai inculcar no educando a visão que o educador possui.

Já essa questão parece estar clara para o professor G, ao referir-se que a Educação Ambiental “possibilita uma conscientização”, ou seja, a escola fornecer meios, num processo permanente de crescimento, revisão e aprofundamento, que leva o aluno a refletir e assim desenvolver a sua consciência.

A resposta do professor H “efetuar um estudo reflexivo” demonstrar a sua preocupação no sentido de refletir sobre as questões, ou seja, deixa intrínseco que possui uma visão dialética dos conhecimentos.

A resposta da coordenadora A, também leva em consideração a preocupação com a ideia de conscientização “mudança de pensamento”, e vai a algo específico que é a conservação da biodiversidade; a coordenadora D faz sua consideração ao destacar que “é o estudo do meio ambiente e de todos os seres que nele habitam”; elas entendem a Educação Ambiental enquanto um conjunto de práticas possíveis de compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas ambientais. Apresentam uma tentativa de mudança de valores e atitudes, mas não traçam ligações com a realidade dos alunos, ou seja, o meio social, seu cotidiano.

Existem praticamente em todos os discursos a ideia intrínseca de preservação do meio ambiente, o que pode também ficar subentendido como sinônimo de natureza, o que para REIGOTA (2002) não existe um consenso sobre meio ambiente na comunidade científica, por isso ele supõe que a noção de meio ambiente seja uma representação social, e conceitua esta, pautado na ideia de que uma representação social é o senso comum que se tem sobre determinado tema, onde estão presentes os preconceitos, ideologias. Na perspectiva da Educação Ambiental, o mesmo autor definirá meio ambiente como, “o lugar determinado, percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação”. (REIGOTA, 2002, p.14)

Como destaca GUIMARÃES (2004) a Educação Ambiental que não é comprometida e epistemologicamente instrumentalizada, com o processo de transformações significativas da realidade socioambiental, ou ainda que se coloca inapta de transformar uma realidade (a qual ela própria é um dos mecanismos de reprodução), conservando o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes – a lógica do capital, denomina-se de Educação Ambiental Conservadora. É como se fosse à estória das “Aventuras do Barão de Münchhausen”, em que para sair do atoleiro no qual afundava, o Barão buscou puxar para cima os seus próprios cabelos.

Pelo discurso dos professores, pode-se ver o sentido, relativo à preocupação com as questões ambientais, educação, mudança cultural, comportamental, instrução, no entanto, “puxa-se os próprios cabelos”, pois não é observado o meio social em que se está vinculado, muito menos questionado, ou deixa-se transparecer nos enunciados essa preocupação, por exemplo, nem um professor em seu discurso, citam que Educação Ambiental pode “questionar o consumismo desenfreado”, ou seja, todos os docentes tem noção do que é preciso mudar e proteger, mas não se sabe como sair desse “atoleiro”, que ao nosso entender essa mudança, pode ocorrer pautada na perspectiva crítica.

Para CARVALHO (2004) a convergência entre mudança social e ambiental, pode ser um dos caminhos de transformação. Ao resignificar o cuidado para com a natureza e para com o Outro humano como valores ético – políticos. Assim a perspectiva de Educação Ambiental crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Aqui, juntamente com educação, delineiam-se novas racionalidades, constituindo os laços identitários de uma cultura política ambiental.

É necessário situar o ambiente conceitual onde se vai buscar fundamentação teórica, para desenvolver determinado projeto educativo, nesse caso a Educação Ambiental. Embora respeitemos as diferentes concepções, pautamos a nossa concepção teórica nas possibilidades dela ser desenvolvida com base na perspectiva crítica. Assim, a Educação Ambiental tem seu sentido vinculada a problemática ambiental, mas está pautada num processo de sensibilização tanto individual quanto coletivo, na compreensão de que nós somos parte da natureza, que nossa relação se dá com ela por meio das técnicas e do trabalho, ou seja, embora sejamos “naturais”, somos frutos de um meio social, cultural e político, e por viver esse processo histórico e em sociedade é que precisamos respeitar o outro, as demais formas de vida com as quais nos relacionamos. Só assim teremos uma sociedade mais justa, igualitária que possa compreender e relacionar-se com a natureza de forma harmônica.

De acordo com LOUREIRO (2006) objetiva-se fundamentar uma tendência crítica que enfatiza a Educação Ambiental como uma visão paradigmática diferenciada da e na educação, que, pela explicitação do contraditório, torna compreensível os diferentes paradigmas encontrados em projetos e programas formais, informais e não formais.

A origem teórico/filosófica da perspectiva histórico – crítica, refere-se ao pressuposto que o conhecimento não possui apenas uma verdade absoluta, mas uma manifestação humana, histórica e temporal que pode ser constantemente questionada, problematizada, num processo permanente de reflexão e superação, observando o movimento da vida, as transformações e relações existentes no decorrer do tempo.

Segundo LOUREIRO (2006) numa perspectiva histórica e crítica, a atribuição central da Educação Ambiental é fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam discutidas, compreendidas, problematizadas e incorporadas em todo tecido social e suas manifestações simbólicas e materiais, em um processo integral e integrador e sem imposição de uma única concepção hegemonicamente vista como verdadeira.

A concepção de Educação Ambiental Crítica⁴, compreende a cultura como forma de representação e definição de valores decorrentes do modo como à sociedade se organiza, produz e como o homem interage no ambiente.

A educação ambiental não atua somente no plano das idéias e no da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida. Educar é negar o senso comum de que temos “uma minoria consciente”, secundarizando o outro, sua história, sua cultura e consciência. É assumir uma postura dialógica, entre sujeitos, intersubjetiva, sem métodos e atividades “para” ou “em nome de” alguém que “não tem competência para se posicionar”. É entender que não podemos pensar pelo outro para o outro e sem o outro. A educação é feita com o outro que também é sujeito, que tem sua identidade e individualidade a serem respeitadas no processo de questionamento dos comportamentos e da realidade (LOUREIRO, 2006, p. 28).

⁴ Ao longo da década de 1970, começa a se consolidar na Educação Brasileira, a vertente Histórico – Crítica, inspirada em Marx, Gramsci, Makarenko; com representantes brasileiros, entre eles: Dermeval Saviani, Marilena Chauí etc.

A Educação Ambiental na perspectiva crítica é construída com base em processos individuais e coletivos. Incorpora as dimensões social e econômicas, política, cultural e histórica. Possibilita repensar o sentido da vida e da existência humana com ações de atuação política que busquem romper com o capitalismo globalizado, através da atuação e construção de conhecimentos que sejam adequados à compreensão do ambiente. É antes de tudo uma prática educativa cultural, formativa, política e emancipatória, capaz de transformar as relações sociais existentes.

CONSIDERAÇÕES

Na atualidade, a Geografia e de um modo geral as Ciências da Terra, voltam-se para as questões ambientais contemplando pesquisas na área, contudo ainda lidamos com a crise sócio-ambiental pensada de forma fragmentada, cartesiana, sem uma transição lógica de organização, onde cada ciência busca tratar do seu objeto de estudo, sem levar em conta a totalidade. Para GUIMARÃES (2004) pela prevalência da parte na compreensão e na ação sobre o mundo, desponta características da vida moderna que são individuais e sociais: sectarismo, individualismo, competição exacerbada, desigualdade, solidão, violência. A violência, por exemplo, sinaliza para a perda da afetividade, da capacidade de se relacionar de um com o outro (social), de um com o mundo (ambiental), denotando assim uma crise civilizatória. A Educação Ambiental conservadora se alicerça nessa visão de mundo que fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade das relações.

Segundo LAYRARGUES (2003) pensar de forma complexa implica fazer com que o agir seja consciente, no sentido de se saber em qual terreno nos movemos e o alcance de determinada ação, apresentando coerência entre o que se quer, a base teórica da qual se parte, onde se quer chegar e quem se beneficia com o processo. Em qual enquadramento, qual é o pano de fundo e que leitura se faz da Educação Ambiental na escola?

Há onze anos a Lei 9.795/99 apresenta oficialmente, para todo o território nacional, o conceito de Educação Ambiental, como sendo “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Art. 1º da Lei Federal 9.795/99). Essa Lei tem um sentido crítico ao tratar dos valores sociais, vinculado as atitudes para a preservação do ambiente, o seu conceito de Educação Ambiental transparece a relação individual e coletiva.

A Lei asseverou ainda que, por ser um direito de todos a Educação Ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Art. 2º da Lei Federal 9.795/99), incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (BRASIL, 1999)

Considerando tais determinações legais e avaliando o alcance potencial das mesmas, para compreender a Educação Ambiental Formal, verificamos que embora se tenha avançado em termos conceituais e garantiu-se a Educação Ambiental na escola, ainda não se tem claro

qual a proposta pedagógica a ser utilizada, nem conceitos definidos pelos professores, vinculados aos programas educacionais que desenvolvem.

Acreditamos que seja necessário recuperar o sentido da Educação Ambiental, esta que por muito tempo, foi tratada como um modismo na escola, presente em todos os projetos, o que lhe rendeu um esvaziamento de sentido. Um dos caminhos possíveis para essa ressignificação é a possibilidade dos professores, terem formação continuada e discutirem os sentidos da Educação Ambiental na escola.

AGRADECIMENTOS

A todos os docentes que participaram da pesquisa. A minha orientadora Prof^a. Mafalda Nesi Francischett, por me acompanhar, especialmente nas construções intelectuais. Ao programa de Mestrado em Geografia e a CAPES, pela possibilidade de desenvolver meus estudos contribuindo para as questões educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CARTA DE BELGRADO. Uma estrutura global para a Educação Ambiental. 1975. Documento extraído de **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais**, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo, 1994. Série Documentos, ISSN 0103-264X.

BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, 10 ed. São Paulo: Hucitec Annablume, 2002.

BORGES, Maria Célia, DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.º 43/5, 25 de julho de 2007. Madrid, Espanha: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, Publicaciones Bravo Murillo, Disponível em <<http://www.rieoei.org/1645.htm> > Acesso, 07/08/2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental - Lei Nº 9.795/99**. Brasília: 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: Nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1994.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**, 14. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O desafio empresarial para a sustentabilidade e as oportunidades da Educação Ambiental**. In: LOUREIRO, C.F.B. (org.) *Cidadania e meio ambiente*. Salvador, Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003.

LEIS, Héctor. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**, 2. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues. *et al.* A influência dos métodos científicos na Geografia Física. **Terra Livre**, Presidente Prudente, Ano 22, v.2, n. 27 pp. 119-130, Jul-Dez/2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, José M. Mateo. SILVA, Edson V. **Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção, 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Bartolomeu I. SUERTEGARAY, Dirce M. A. Considerações sobre a Geografia e o Ambiente. **OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa – PB. v.1, n.1, p. 05-15, 2007. Disponível em <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acesso, 07/08/2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo: Atlas, 1987.